

**AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX**

Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, filho de *Fulano de tal e de Fulano de tal*, portador da carteira de identidade n. XXXXXXXX – XXX/XX, CPF n. XXXXX, residente e domiciliado no XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXX, telefone: XXXXXXXX, vem, via *Defensoria Pública do Distrito Federal*, nos termos da legislação vigente, requerer o presente

ALVARÁ JUDICIAL

visando ao levantamento e saque de importância pecuniária oriunda da venda dos direitos possessórios e hereditários do imóvel situado no XXXXXXXXXXXX, depositada na XXXXXXXX, em nome **Fulano de tal**, passando a aduzir as razões que seguem:

O Requerente é filho de *Mãe de tal* e de *Pai de tal*, consoante atestam a certidão de nascimento e carteira de identidade anexas.

Insta registrar que o pai do requerente *Fulano de tal* veio a óbito em XX de XXXXX de XXXX, em decorrência de traumatismo crânio-encefálico e deixou os direitos inerentes ao imóvel situado no XXXXXXXXXXXXXXXX (certidão de óbito anexo), os quais foram inventariados e partilhados a razão de 2/4 para a viúva/meeira e 2/4 para os herdeiros necessários – **Fulano de tal** e **Fulano de tal**

- sendo 1/4 da fração para cada, conforme atestam a inicial, sentença, trânsito em julgado e formal de partilha dos autos de Inventário, processo n. XXXXXXXXXXXX que tramitou na ^a Vara de Família, Órfãos e Sucessões da Circunscrição Judiciária de XXXXXXXX (docs. anexos).

Ainda, importa registrar que em XXXX, por meio dos autos de Alvará, processo n. XXXXXXXXXXXX que tramitou na ^a Vara de Família da Circunscrição Especial Judiciária de XXXXXXXX, foi autorizada a alienação do bem supra epigrafado, o qual foi vendido pelo valor de R\$ XXXXXXXX (XXXXX).

Saliente-se que do produto da venda do bem em questão, a viúva/meeira transferiu R\$ XXXXXXXX para imobiliária que intermediou da venda do referido imóvel; utilizou/sacou sua cota parte (2/4), ou seja, utilizou/sacou a importância de R\$ XXXXXXXX e, depositou em nome dos filhos a importância de R\$ XXXXXXXX, valor este equivalente a 2/4 da fração dos herdeiros necessários, sendo 1/4 para cada, na XXXXXXXX; Agência: XXXXX; Conta: XXXXXXXXXXXX; Operação: XXX (contrato particular de compra e venda, nota de serviço e comprovante de depósito anexos).

Como se vê Excelência, o Requerente é titular de parte do valor depositado junto a XXXXXXXXXXXX em conta vinculada à ordem judicial, porém este **atingiu a maioridade civil em XX/XX/XXXX** e, entende por bem sacar o numerário correspondente a seu quinhão depositado na conta bancária supra informada, **eis que não mais existem razão ou justa causa para que o mesmo permaneça bloqueado.**

Por fim, importa salientar que o Requerente não conseguiu sacar sua cota parte do quinhão, pois foi orientado pela Agência da XXXX de XXXXXXXX que o fizesse por meio do presente instrumento, por questão de zelo. Ainda, o Requerente não sabe informar o saldo existente na conta bancária epigrafada.

Diante do exposto, em face da impossibilidade de levantamento e saque das importâncias retidas sem a devida autorização judicial, alternativa não teve o Requerente senão buscar o Judiciário no sentido obter autorização judicial para **efetuar o levantamento e saque das quantias**

depositadas junto à XXXXXXXX; Agência: XXXX; Conta: XXXXX; Operação: XXX, em seu nome, à razão de 50% (cinquenta por cento) do montante ali depositado, ressalte-se que este percentual corresponde somente a sua fração, portanto os outros 50% (cinquenta por cento) do montante deverão permanecer ali depositado em nome de seu irmão ***Fulano de tal***.

ANTE O EXPOSTO, REQUER-SE:

- a) sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;
- b) se Vossa Excelência entender necessário, que seja expedido ofício ao Banco: XXXXXXXXXXXX, a fim de que tal instituição informe o saldo existente na Agência: XXXX; Conta: XXXXXXXX; Operação: XXX em nome de **Fulano de tal** e **Fulano de tal**, haja vista que o Requerente **Fulano de tal** não pode obter tais informações em razão do sigilo bancário;
- c) seja julgado procedente o pedido para, por sentença, autorizar o Requerente, **Fulano de tal, a efetuar o levantamento e saque das quantias depositadas junto à XXXXXXXX; Agência: XXXX; Conta: XXXXXXXX; Operação: XXX, em seu nome, à razão de 50% (cinquenta por cento) do montante ali depositado**, ressalte-se que este percentual corresponde somente a sua fração, portanto os outros 50% (cinquenta por cento) do montante deverão permanecer ali depositado em nome de seu irmão ***Fulano de tal***.

Protestam provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, máxime pela documentação que instrui a presente.

Valor da causa: R\$ XXXXX (XXXXXXX).

Nesses termos, pede deferimento.

XXXXXXXX, 10/11/23 15:41:03XX

Fulano de tal

Requerente

Fulano de tal

Defensor Público